

Alguns Retoques nas Pinceladas de Gerhard Tiel

Harding Meyer

É fascinante acompanhar o desenvolvimento de uma revista que a gente mesmo ajudou a fundar há 30 anos e para a qual se escreveu o primeiro artigo do primeiro número. Seria interessante e gratificante, por ocasião dos 30 anos de existência de *Estudos Teológicos*, empreender uma reconstituição do desenvolvimento do pensamento teológico na IECLB na forma como este se reflete nos *Estudos Teológicos* durante esse período. No entanto, certamente já se pensou em tal empreendimento na redação da revista por ocasião de seu jubileu.

O tema “ecumenismo” faz parte de *Estudos Teológicos* desde seu início. Espero que a alguém que já no primeiro ano da revista escreveu a respeito desse tema e que tem se ocupado com ele desde então seja permitido fazer algumas observações críticas, porém urgentemente necessárias sobre e mais recente ensaio que trata da questão ecumênica. Refiro-me ao artigo “Algumas Pinceladas em torno da Ecumenicidade da Federação Luterana Mundial” (*Estudos Teológicos*, 29(3):237-254).

Esse artigo realmente não me deixa feliz. O engajamento ecumênico que se expressa no artigo, e que também conheço a partir de encontros pessoais com o autor, por certo me alegra. Contudo, tanto mais triste é que tal engajamento ameace se aferrar a preconceitos e insinuações e se esgotar em controvérsias inúteis.

A tese central do artigo não deixa nada a desejar em termos de incisividade: *o ecumenismo da Federação Luterana Mundial está errado porque se orienta por um objetivo errado, a saber, pela concepção da “unidade na diversidade reconciliada”*.

Pois:

1) A idéia de uma “unidade na diversidade reconciliada” é “originária dos países do capitalismo ocidental” e defende um “capitalismo ecumênico” (p. 247).

2) A idéia de uma “unidade na diversidade reconciliada” não quer saber de “modificação” e “reforma” das igrejas juntamente com sua herança confessional, mas quer “deixá-las como estão” (p. 246; cf. pp. 253s.).

3) A idéia de uma “unidade na diversidade reconciliada” “procura concretizar unidade ‘de cima para baixo’”, ao invés de fazê-lo “de baixo para cima” (p. 245).

A tese de Tiel, juntamente com sua fundamentação, não é nova. Ela não passa da repetição daquilo que Ulrich Duchrow já tinha dito há exatamente 10 anos. Teria sido bom que o autor tivesse aprendido um pouco da

crítica feita às exposições de Duchrow (veja, p. ex.: “Die Einheit der Kirche; Voraussetzungen und Gestalt”, *LWB Report* 15, junho 1983), pois a mera repetição de um equívoco jamais transformou um equívoco numa verdade.

Por isso a situação de Tiel é a mesma de Duchrow: sua tese sonora padece de uma fundamentação deplorável.

Pois:

Ad 1: A idéia de que a unidade da Igreja só pode ser uma “unidade na diversidade” de modo algum é uma concepção defendida só pelas “federações confessionais”, como afirma o autor (p. 244). Essa idéia é tão antiga quanto o próprio movimento ecumênico e jamais foi questionada seriamente nele. Ela corresponde profundamente à concepção bíblica da Igreja como um “corpo” que encontra sua unidade orgânica justamente na diversidade de seus membros. Desde seu início a fé cristã e o testemunho cristão aparecem em manifestações ou “tipos” diversos, como se evidencia, p. ex., na multiformidade teológica do testemunho e do cânone neotestamentário. Quando, na história da Igreja, esse aspecto foi desprezado por razões eclesiásticas ou políticas, isso teve como conseqüência ou uma unidade imposta de modo autoritário ou então reivindicações absolutistas por parte das confissões, condenações mútuas e divisões de igrejas. *Por isso, o caminho que conduz para fora das divisões de igrejas justamente não pode consistir na supressão e abandono genérico das diversidades, mas tão-somente em sua “reconciliação”.*

A pergunta pelo significado da “reconciliação” das diversidades nos leva ao segundo argumento de Gerhard Tiel.

Ad 2: A maneira como o autor chega à idéia de que “reconciliação” significaria “deixar as coisas como estão” é um enigma.

Onde se descreve o conceito de “diversidade reconciliada” sempre se afirma o contrário disso. Já a Declaração de Dar-Es-Salam enfatiza: “As diversidades (...) não são simplesmente conservadas e mantidas sem alteração”; antes, são “purificadas, mudadas e reformadas” num processo de “correção mútua”. E na Declaração de Budapeste se afirma mais uma vez: No processo da reconciliação “as tradições eclesiais se modificam”. “As diversidades são reconciliadas e transformadas numa variedade legítima e necessária dentro do único corpo de Cristo.” *Está, portanto, inteiramente claro: não existe “reconciliação” sem “mudança”, sem “modificação”, sem “reforma”.*

Que razão poderia levar Tiel a ocultar essas afirmações, que ele deve conhecer, e, contrapondo-se frontalmente a elas, a afirmar infatigavelmente que o modelo da “diversidade reconciliada” não desejaria nenhuma “modificação” (p. 246), nenhuma “mudança” (p. 254) e nenhuma “reforma” (p. 253) das tradições confessionais e eclesiais, sendo por isso errado?

Portanto, o segundo argumento de Tiel não é apenas um equívoco, como é o caso do primeiro argumento. Ele certamente também é isto! Além disso, porém, tem que suportar a acusação de ser uma falsificação consciente.

Assim chegamos ao terceiro argumento de Tiel. De todos os três argumentos, este é o único que nos obriga a pensar, mas não da maneira como Tiel o faz. Pois as coisas não são tão simples quanto ele supõe.

Ad 3: Trata-se do problema de como o empenho ecumênico atinge a *Igreja toda*. Um ecumenismo que não estivesse ancorado e não produzisse efeito na vida das comunidades locais, mas se realizasse preponderantemente “em cima” nas igrejas, entre teólogos ou entre direções de Igreja, e em grêmios internacionais, seria um jogo teológico ou de política eclesiástica. Mas também um ecumenismo que se desenrola apenas “embaixo”, nas distintas comunidades locais e grupos de base, ainda não atinge a *Igreja toda*. Se não quiserem ter um efeito ecumenicamente contraprodutivo, os esforços ecumênicos a nível local precisam ser ligados e harmonizados uns com os outros. Pois “a *Igreja toda*” não é simplesmente a soma das distintas comunidades e igrejas locais que vivem lado a lado, e sim a *comunhão* dessas comunidades e igrejas locais. *Por isso, um ecumenismo que atinja “a Igreja toda” precisa atingir ambos os níveis da vida eclesial: o nível das comunidades e igrejas locais e, ao mesmo tempo, o nível em que as comunidades locais se encontram numa comunhão que as abranja.* Seria tolo jogar esses dois níveis de empenho ecumênico um contra o outro.

Como, porém, se conseguem ligar, numa reciprocidade correta, as experiências e percepções ecumênicas no nível local com as experiências e percepções ecumênicas no nível mais abrangente?

Se Tiel pretende colocar o dedo sobre esse problema, sem dúvida ele tem razão. Entretanto, ele certamente não tem razão se acha que esse problema poderia ser resolvido simplesmente optando por um dos modelos de unidade que se oferecem hoje. O problema da mediação recíproca de “ecumenismo de baixo” e “ecumenismo de cima” é um problema geral. Ele aflige de modo igual o Conselho Mundial de Igrejas, que parece preferir o modelo da “comunhão conciliar”, e a Federação Luterana Mundial, cujo empenho ecumênico se orienta mais pelo modelo da “diversidade reconciliada”.

Vou me dar por satisfeito com essas três observações críticas sobre a exposição de Gerhard Tiel. Deixo de lado algumas questões menores, como p. ex. o equívoco de Tiel ao afirmar que a Assembléia Geral da FLM realizada em Budapeste teria “expressamente rejeitado” falar de uma “comunhão conciliar na diversidade reconciliada” (p. 251), ou seu equívoco ao afirmar que “uma anulação dos juízos de condenação (...) atinge também as próprias confissões” (p. 246).

De modo geral, não se deveria supervalorizar a discussão sobre mode-

los e conceitos de unidade, por mais importante que seja. Como já disse a Comissão de Fé e Constituição em 1978, não se deverá operar com um único modelo ou conceito nem absolutizá-lo às custas de outros. Os diversos modelos “poderiam”, como foi dito aí, “ser formas diversas de reagir às necessidades e possibilidades ecumênicas de situações e tradições eclesiais diversas” (Bangalore 1978, p. 231).

Estrasburgo, 20 de fevereiro de 1990.

Tradução: Luís M. Sander